

“Securitização da dívida não é solução”, afirma Lemgruber

por Cecília Costa
do Rio

O vice-presidente do Banco Boavista, Antônio Carlos Lemgruber, acha que a securitização ou o lançamento de títulos no mercado financeiro internacional, vinculados ao endividamento externo brasileiro, não é solução para a negociação com os credores do País, “porque os banqueiros internacionais não têm interesse em misturar dívida nova com dívida velha, ou seja, compra de novos títulos com o pagamento ou reescalamento da dívida contraída em exercícios anteriores”.

Na opinião de Lemgruber, mesmo a securitização da dívida do México, que costuma ser citada como modelo e tem o apoio do governo dos Estados Unidos, ainda pode não dar certo.

O Brasil, segundo o vice-presidente do Banco Boa-

vista e ex-presidente do Banco Central, perdeu a boa ocasião para obter um acordo mais favorável junto aos credores, “que foi entre 1984 e 1985, quando gerava elevados superávits comerciais e as condições do mercado financeiro internacional eram mais favoráveis”. Agora em 1988, só resta ao País, frisou, continuar a fazer exatamente o que vem fazendo, ou seja, “empurrar o problema da dívida com a barriga, realizando sempre acordos provisórios e financiando parcialmente o pagamento dos juros”.

Soluções mágicas, de acordo com Lemgruber, não surgirão e até pelo menos o final deste século tudo indica que a negociação da dívida externa continuará a ser um problema permanente para as autoridades brasileiras.

INFLAÇÃO
Lemgruber crê que é



Antonio Carlos
Lemgruber

possível ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, alcançar neste ano o objetivo de manter as taxas de inflação girando em torno de 15%, já que não existem mais expecta-

tivas quanto a novos choques de preços ou congelamentos.

Lutar pela estabilidade da taxa de inflação nesse patamar, apesar de constituir meta pouco ambiciosa, mesmo assim é considerada por Lemgruber uma luta válida, já que, “sem oscilações bruscas nos índices de preços, os agentes econômicos têm condições de trabalhar”.

A inflação só cairia desse patamar, afirmou, se houvesse, em vez de choque de preços, um choque fiscal, “o que não acontecerá, porque o governo atual não tem poder político para aplicar essa medida”. Mantida a rotineira “barganha monetária e fiscal”, mas administrando-se a economia sem grandes novidades ou vãos, Lemgruber acha viável afastar o fantasma da hiperinflação e manter a inflação em 15% ao mês.